

9000
Data: 12-2/11/99 Pg. 17
Class: 10

Brasil assume programa de proteção

País vai liderar projeto piloto destinado a Florestas Tropicais

Mauro Zanatta
de Brasília

O governo brasileiro conseguiu, depois de muita conversa, um mandato dos países doadores do Programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais do Brasil (PPG7) e finalmente assumirá a liderança do programa na prática. Desconfiados, os membros do grupo dos sete países mais ricos do mundo — mais Espanha e Holanda — adotaram como precaução um prazo informal de dois anos para que o Brasil apresente mudanças significativas na condução do programa.

Após três dias de intensas negociações na 5ª reunião de participantes do PPG7, o primeiro passo concreto em direção à mudança foi a criação de um comitê de coordenação conjunta, onde terão assento representantes do governo, doadores e organizações não-governamentais (ONGs). A medida deve provocar uma significativa mudança na dinâmica dos projetos do PPG7.

Ao invés de cada projeto ser submetido ao crivo e à burocracia de cada um dos doadores, além do Banco Mundial (Bird), passará direto para a análise conjunta do comitê coordenador. Daí, seguirá para a fase de alocação de recursos e execução. Além disso, o governo terá que apresentar planos de trabalho anuais para utilização dos recursos de Rain Forest Trust Fund (RTF), administrado pela Bird. Deve-se definir para onde vai o dinheiro de parte das doações conjuntas e quais as modalidades prioritárias, inclusive a criação de um subprograma específico para ações na Mata Atlântica. Hoje, existe um saldo de US\$ 11 milhões nesse fundo ainda sem destinação.

A secretária da Amazônia do Ministério do Meio Ambiente, Mary Allegretti, estima que o tempo médio de análise de cada projeto cairá de três para um ano. "O Brasil passará a assumir grande responsabilidade à frente do processo. Os nossos parceiros nos deram um voto de confiança

para modificar a cara do PPG7. Agora, vamos ter que trabalhar em dobro para mostrar que somos capazes de liderar esse processo."

Os países doadores estarão de olho na gestão e na aplicação dos recursos disponíveis. "Não viemos com nossos talões de cheques no bolso, mas estamos mantendo o fluxo de doações e esperamos muitas novidades para o futuro próximo do PPG7", disse Rainer Lotz, chefe da delegação da Alemanha. "Houve um consenso de que era preciso reduzir a burocracia na gestão e flexibilizar o acesso aos recursos. Agora, cada um de nós precisa assumir a sua responsabilidade", completou Rolf Timans, embaixador da Comunidade Européia no Brasil.

Os países do G7 não chegaram a um acordo sobre as mudanças no esquema de doação. Allegretti insistia

na formação de um fundo único para todas as doações, mas os doadores querem manter os atuais projetos bilaterais com o Brasil. Assim, fica mais fácil "carimbar" alguns projetos, além de prestar contas às suas respectivas sociedades. O RTF, nesse caso, perde força. Uma alternativa ao atual processo seria a definição de um país-líder para cada novo projeto a partir de agora. Mas para isso é necessário determinar o critério para a liderança, se pelo total de recursos aplicados ou pela primazia da proposta.

As ONGs acreditam numa mudança lenta. "Esperamos que todas as intenções aqui faladas possam ser colocadas em prática num tempo muito curto", disse Claudionor Barbosa da Silva, presidente do Grupo de Trabalho Amazônico (GTA), que reúne 430 ONGs da região.